

O livro *Cidadania e Direitos do Trabalho*, de Angela de Castro Gomes, começa pelo caso de uma operária que, grávida, compareceu à Justiça do Trabalho em busca de seus direitos. Em réplica à sentença proferida, seu patrão atestou estar seguro de não ser “o pai da criança” e, por isso, ser livre para demiti-la (Gomes, 2002, p.8). Sua posição, além da prática do assédio, evidencia a recusa patronal diante do direito da classe trabalhadora a ter direitos perante seus empregadores.

A depender do Congresso brasileiro (e de certas manifestações públicas), essa mulher trabalhadora deve ser terceirizada, ganhar menos do que os homens (ou da média salarial da categoria, quando a carteira for assinada); não deve também permanecer muito tempo no emprego e não há de possuir quase direito algum; sendo o abuso, talvez, algo de que se possa ter a única certeza. Vagabundagem, malandragem e vadiagem serão os termos usados para nomeá-la. Uma filha sua, ou seu filho, em acréscimo, não deveria estudar História na escola. Em breve, se a infeliz ideia da cobrança das mensalidades for efetivada, a universidade pública no Brasil terá sido de massas apenas por um breve intervalo de tempo.

Armada de pesquisa e análise críticas, a Anpuh realizará o seu XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os Preconceitos: História e Democracia – em Brasília, de 24 a 28 de julho. Será um encontro oportuno para fortalecer nossa união no interior do campo democrático contra o golpe e a favor da justiça social.

Montado a partir da publicação avançada de artigos, este número veio a lume gradativamente. Ao ser fechado, seis artigos, uma entrevista e três resenhas compõem o Sumário. O primeiro artigo, de Alessandra El Far, “Bilhetes de namoro abertos ao público”, aborda mensagens publicadas no *Jornal do Commercio* ao longo da década de 1870. Apesar da rígida moral, o namoro gradualmente ganhou amplitude e dinamizou práticas de sociabilidade.

Em seguida, ao se debruçar sobre uma série de fotografias de fazendas de café do vale do Paraíba, tiradas por Marc Ferrez nos anos 1880, Mariana Muaze analisa uma narrativa visual que valorizava os complexos cafeeiros como espaços “modernos” de produção e, ao mesmo tempo, desempenhava a função de aplacar as tensões do mundo violento do cativo, legando uma memória intencionalmente pacificada.

Em “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República”, Leonardo Pereira investiga a fundação do Centro Político Independente dos Operários do Distrito Federal. Com objetivos eleitorais, o grêmio pretendia fomentar candidaturas ligadas aos trabalhadores para as eleições que se aproximavam. Frente a uma produção historiográfica que aponta para o suposto distanciamento dos trabalhadores em relação à política, o autor observa formas e lógicas próprias que pautavam a luta por direitos.

O quarto artigo, de Fernanda Petrarca, intitulado “De Coronéis a Bacharéis”, trata das elites médicas em Sergipe no século XIX. Considera-se, por um lado, a história política dos grupos familiares dos quais os médicos faziam parte e, por outro, sua relação com a economia e a política. As conclusões permitem apontar que as relações sociais de base familiar forneciam os meios de recrutamento da elite médica. Além disso, o título de médico representou uma estratégia decisiva na autopreservação das elites, reforçando posição dominante.

Por meio do romance policial, Fernando Pimentel nos brinda com uma instigante análise da obra do escritor siciliano Leonardo Sciascia. Seu artigo discorre sobre como a narrativa ficcional relaciona-se com a realidade social e política da Sicília, comprometida com o crime e leniente ou impotente diante dele. Em Sciascia, não é pelo crime que a Sicília pode sobreviver, argumenta Pimentel. Sua humilhação passada e presente só pode ser contrabalançada pela defesa da razão.

Por fim, Jurandir Malerba traz reflexivo artigo, “Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital”, onde discute a quebra da autoridade do historiador acadêmico sobre a produção do conhecimento histórico, no contexto de difusão das mídias digitais. Partindo da consideração da historicidade dos sujeitos da produção e do consumo da história, passa aos desafios lançados pela difusão exponencial da história na internet, debatendo a função social do historiador acadêmico na contemporaneidade.

A entrevista de Giovanni Levi, além de destacar seu bom humor, é polêmica – com inteligência. Se os entrevistadores não se apequenaram diante do autor, este retrucou as perguntas chamando a atenção para as paixões cegas do facciosismo político e, ainda mais, para a incerteza dos sujeitos históricos. Contamos a história de trás para a frente, sabendo quem foi o autor do crime, munidos de uma teoria teleológica, já tendo também achado a arma utilizada. Levi contesta esse procedimento nosso. Temos certezas velhas e gastas que mantemos intactas independentemente do que acontece. Por fim, ele indaga: o que acontece quando uma revolução estoura aos ouvidos? Como nos recomparamos após o abalo traumático?

Como entidade, a Anpuh e também a RBH se defrontam com o desafio de encontrar e delinear o caminho do meio: visualizar e concretizar uma atividade científica que alimente a pesquisa e, em paralelo, encontre ressonância em um público diferente do leitor especialista que está ao lado.

No seu segundo ano com periodicidade quadrimestral, a fim de ponderar a divisão entre artigos de dossiês e os recebidos pela demanda aberta (tendo em mente a meta de 25 artigos anuais), a pauta foi aprontada – exclusivamente – sobre colaborações independentes de chamadas temáticas. As traduções respondem a um terço dos artigos, observando critério da SciELO.

A RBH agradece a quem se envolveu com seu labor e engenho, voluntário, gratuito, ou não. Pablo Serrano e Deivison Amaral concorreram positivamente como assistentes editoriais, com vezeiros entusiasmo e afinco. Armando Olivetti, Flavio Peralta, Eoin O’Neill e Roberta Accurso prestaram serviços profissionais de grande qualidade.

Gravam-se aqui penhorados agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais da Universidade do Estado da Bahia (PPGHCPs-UNEB), e também ao CNPq.

*Antonio Luigi Negro*  
Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Salvador, BA, Brasil. rbh@anpuh.org

## REFERÊNCIA

GOMES, Angela de C. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.